

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.
Salvador - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido a relevância dos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para opinião adversa” as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião adversa

Incorporação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em junho de 2016 foram incorporados ao patrimônio da Empresa os ativos e passivos da Biobrax Energias Renováveis Ltda., sendo reconhecido um efeito líquido negativo no valor de R\$ 17.954.070. Durante a realização dos trabalhos de auditoria foram identificados diversas inconsistências nos valores incorporados, conforme descritos a seguir: a) Tributos a recuperar prescritos no montante de R\$ 976.298, b) Adiantamentos concedidos a fornecedores referentes a serviços já executados, sem a consequente baixa, no montante de R\$ 5.762.307, c) Ativo diferido constituído em exercícios anteriores, sem a correspondente amortização, no montante de R\$ 8.061.365, d) Não reconhecimento da variação cambial sobre operações em moeda estrangeira realizadas com partes relacionadas, no montante de R\$ 21.916.251, e) Outras transações de valores irrelevantes (depósitos judiciais, obrigações tributárias, etc.), com efeito líquido credoras, no montante de R\$ 222.228. Consequentemente, o efeito líquido negativo reconhecido, decorrente da incorporação, está apresentado a “menor” em R\$ 36.493.993.



Parcelamentos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Empresa possui saldo decorrente de parcelamento tributário instituído pela Lei nº 11.941/2009, relacionado à débitos de ITR – Imposto Territorial Rural dos exercícios de 2003 e 2004, no montante de R\$ 1.892.844. Ressaltamos que não foi contabilizada a atualização monetária sobre os referidos débitos, no montante de R\$ 1.386.503. Consequentemente, o passivo, o prejuízo do exercício e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estão apresentados a “menor” em igual valor.

Adiantamentos de clientes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Empresa possui registrado em seu passivo não circulante o montante de R\$ 18.747.795 referente a adiantamentos recebidos com base em contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. De acordo com os contratos, os adiantamentos serão atualizados pelo índice IPCA/IBGE. A Empresa não contabilizou a atualização monetária no valor de R\$ 1.256.053. Consequentemente, o passivo não circulante, o prejuízo do exercício e patrimônio líquido (passivo a descoberto) estão apresentados a “menor” em igual valor.

Contingências

A Empresa possui demandas judiciais relacionadas a débitos de ITR – Imposto Territorial Rural dos exercícios de 2007 a 2011, alvo de auto de infração, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Os assessores jurídicos estimam que o valor da perda provável do processo é de R\$ 581.175. Ressaltamos que não foi constituída a provisão para fazer face à possível contingência. Consequentemente, o passivo não circulante e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estão apresentados a “menor” em igual valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.



Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, a Empresa apresenta patrimônio líquido negativo. Consequentemente, sua manutenção em regime operacional depende diretamente dos planos e esforços da Administração com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada da lucratividade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Consoante mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Empresa pretende, no exercício de 2019, adotar providências para reverter o patrimônio líquido negativo, através da contabilização do custo atribuído das fazendas e, se necessário, fazer integralização de capital social com créditos de cotistas.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 16 de novembro de 2018, contendo ressalvas relacionadas com: a) Atualização monetária não contabilizada sobre os parcelamentos tributários, b) Ausência de provisão para contingências e c) falta de reconhecimento de receitas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 23 de novembro de 2018.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA – N° 0568

ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR – CRC/BA N° 17.549

QUADRO I

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa		17.262	73.074	Fornecedores	10	1.763.285	70.000
Tributos a recuperar		977.951	325	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		45.095	-
Adiantamentos a fornecedores	04	6.012.307	1.400	Obrigações tributárias		276.373	106.654
				Parcelamentos tributários	11	241.639	241.639
				Processos trabalhistas		111.769	-
Total do circulante		7.007.520	74.799	Total do circulante		2.438.161	418.293
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Operações com partes relacionadas	06	31.909.910	1.492.464
Contas a receber	05	10.545.992	-	Adiantamentos de clientes	12	18.747.795	11.390.032
Operações com partes relacionadas	06	3.313.521	10.088.500	Parcelamentos tributários	11	1.809.184	1.892.837
Depósitos judiciais e cauções		116.923	-				
		13.976.436	10.088.500			52.466.889	14.775.333
Investimentos	07	16.520.560	13.810.000	<u>Patrimônio líquido</u>			
Imobilizado	08	2.656	-	Capital social	13	12.020.001	12.020.001
Ativo diferido	09	8.061.365	-	Prejuízos acumulados		(21.356.514)	(3.240.328)
Total do não circulante		38.561.017	23.898.500	Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(9.336.513)	8.779.673
TOTAL DO ATIVO		45.568.537	23.973.299	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		45.568.537	23.973.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, excluídos os centavos)

	Nota	2016	2015
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	14	2.181.646	-
		2.181.646	-
Deduções sobre receitas		(201.960)	(25)
Receita operacional líquida		1.979.686	(25)
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	15	(1.916.713)	(1.351.016)
Tributárias		(45.230)	(52.165)
Depreciação e amortização		(579)	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		3.401	1.448
Despesas financeiras		(182.590)	(138.185)
Total das (despesas) receitas operacionais		(2.141.711)	(1.539.918)
Prejuízo do exercício		(162.025)	(1.539.943)
Prejuízo por cota do capital social no final do exercício		R\$ (0,01)	R\$ (0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III**CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		12.020.001	(1.700.385)	10.319.616
Prejuízo do exercício			(1.539.943)	(1.539.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		12.020.001	(3.240.328)	8.779.673
Ajustes de exercícios anteriores			(91)	(91)
Reorganização societária - Incorporação	01		(17.954.070)	(17.954.070)
Prejuízo do exercício			(162.025)	(162.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		12.020.001	(21.356.514)	(9.336.513)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Prejuízo do exercício		(162.025)	(1.539.943)
Ajustado por:			
Depreciação e amortização		579	-
		<u>(161.446)</u>	<u>(1.539.943)</u>
<u>Variações nos ativos - (aumento) redução</u>			
Contas a receber		-	-
Tributos a recuperar		9	(325)
Adiantamentos a fornecedores		(250.000)	-
		<u>(249.991)</u>	<u>(325)</u>
<u>Variações nos passivos - aumento (redução)</u>			
Fornecedores		75.764	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(36)	-
Obrigações tributárias		(395.046)	(223.256)
Adiantamentos de clientes		7.325.763	11.390.032
		<u>7.006.445</u>	<u>11.166.776</u>
		<u>6.595.008</u>	<u>9.626.508</u>
<u>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</u>			
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa advindos de reorganização societária	01	98.747	-
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos pagamentos		(7.308.177)	(9.972.460)
<u>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</u>		<u>(7.209.430)</u>	<u>(9.972.460)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos		558.610	-
<u>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</u>		<u>558.610</u>	<u>-</u>
		<u>(55.812)</u>	<u>(345.952)</u>
<u>Redução líquido do caixa e equivalentes de caixa</u>			
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.074	419.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		17.262	73.074
		<u>(55.812)</u>	<u>(345.952)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015** **(Em reais, excluídos os centavos)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial Ltda. ou “Empresa”, com sede em Salvador, é uma sociedade limitada de direito privado, com fins lucrativos e econômicos, fundada em 06 de setembro de 2012. A Campo Largo é uma controlada da Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda., companhia situada na Cidade de Lisboa, Portugal. A Empresa tem como objetivo social: (i) compra e venda de imóveis próprios; (ii) aluguel de imóveis próprios; (iii) loteamento de imóveis próprios (iv) gestão e administração da propriedade imobiliária.

Em 27 de junho de 2016, foi protocolada a incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de maio de 2016 e laudo de avaliações emitidos por peritos independentes. A incorporação ocorreu da seguinte forma:

Incorporação do patrimônio líquido negativo em R\$ 17.954.070 resultante da comparação dos Ativos e Passivos:

	2016
<i>Ativo circulante</i>	
Disponibilidades	98.747
Contas a receber	10.545.992
Tributos a recuperar	976.298
Adiantamentos a fornecedores	5.762.307
<i>Ativo não circulante</i>	
Empréstimos a empresas ligadas	3.256.897
Depósitos judiciais e cauções	116.923
Investimentos	2.710.560
Imobilizado	3.235
Ativo diferido	8.061.365
Total geral dos Ativos	31.532.324
<i>Passivo circulante</i>	
Fornecedores	1.617.522
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	45.132
Obrigações tributárias	232.238
Processos trabalhistas	111.769
<i>Passivo não circulante</i>	
Adiantamentos de clientes	32.000
Parcelamentos tributários	248.923
Empréstimos de empresas ligadas	47.198.890
Total geral dos Passivos	49.486.394
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(17.954.070)

Com a incorporação da empresa Biobrax Energias Renováveis Ltda, o patrimônio líquido da Campo Largo Patrimonial Ltda que era positivo em R\$ 8.779.673 (31 de dezembro de 2015), passou a ser negativo em R\$ 9.336.513 (31 de dezembro de 2016), reflexo, basicamente, da referida incorporação, sem qualquer interferência direta na atividade normal e operacional da Empresa.

Para reverter essa situação, os sócios cotistas pretendem, durante o exercício de 2019, reconhecer contabilmente o custo atribuído das fazendas classificadas em conta de investimentos e, se necessário, fazer integralização de capital social com parte dos empréstimos dos sócios, classificados no passivo não circulante. Ademais, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional, em virtude do principal débito existente ser decorrente de empréstimos contraídos com os próprios cotistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos

A propriedade para investimentos é inicialmente mensurada pelo custo e podendo ser subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

A Empresa optou pela adoção do método de custo.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, conforme mencionado a seguir:

	Vida útil	Taxas (%)
Equipamentos de informática	05 anos	20
Veículos	05 anos	20

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

g) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Empresa. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

▪ Receita de aluguel de propriedade para investimentos

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

i) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Empresa, e também, sua moeda de apresentação.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Empresa não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Empresa administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

Historicamente, a Empresa tem financiado suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Empresa.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

▪ Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa.

A Empresa não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Empresa está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Empresa a incorrer em perdas financeiras.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

e) Risco de mercado

▪ Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Empresa efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: contas a pagar com fornecedores e empréstimo junto a empresa ligada.

Atualmente, a Empresa não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

4. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores Incorporação Biobrax	5.756.107	-
Wank Remy de Sena ME	250.000	-
Outros	6.200	1.400
	6.012.307	1.400

Adiantamentos a fornecedores Incorporação Biobrax

O saldo dos adiantamentos a fornecedores são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

5. CONTAS A RECEBER

	2016	2015
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda	10.479.010	-
Outros	66.982	-
	10.545.992	-

Os saldos das contas são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda

O saldo a receber refere-se a venda da participação societária da Biobrax Energias Renováveis, Ltda. na Campo Largo Patrimonial Ltda., para a da Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS

	ATIVO	
	2016	2015
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	2.503.088	728.000
Norwind Energias Renováveis Ltda.	521.802	-
João Mello ME	266.097	-
D-3 Patrimonial Ltda.	22.534	-
Biobrax Energias Renováveis Ltda.	-	9.360.500
	3.313.521	10.088.500
	PASSIVO	
	2016	2015
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.	29.769.309	-
Quifel Natural Resources S.A.	2.100.601	-
JSM Empreendimentos Imobiliários	40.000	-
Biobrax Energias Renováveis Ltda.	-	1.420.964
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	-	71.500
	31.909.910	1.492.464

Os empréstimos foram obtidos e concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.

Refere-se, basicamente, à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes das operações de empréstimos em Euros no montante de € 14.170.910, em 31 de dezembro de 2016.

Quifel Natural Resources S.A.

Refere-se à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes das operações de empréstimos em Euros no montante de € 603.000 em 31 de dezembro de 2016.

7. INVESTIMENTOS

	2016	2015
Propriedades para investimentos		
Fazenda Campo Largo	12.010.000	12.010.000
Fazenda Boa Sorte	4.480.560	1.800.000
Outros	30.000	-
	16.520.560	13.810.000

Fazenda Campo Largo e Fazenda Boa Sorte

No exercício de 2016, a Empresa transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. A propriedade atende aos requisitos necessários previstos no Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo registrado pelo custo de aquisição.

8. IMOBILIZADO

		2016			2015
	Taxa de Depreciação (%) a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	20%	61.329	(61.329)	-	-
Computadores e periféricos	20%	4.962	(2.306)	2.656	-
Total		66.291	(63.635)	2.656	-

9. DIFERIDO

	2016	2015
Gastos pré-operacionais	12.485.315	-
Estudos e projetos de pesquisa	202.950	-
Benfeitorias em propriedade de terceiro	9.502	-
Amortização	(4.501.813)	-
Receitas pré-operacionais	(134.589)	-
	8.061.365	-

Referem-se a gastos efetivados pela empresa na fase pré-operacional ou na expansão da Biobrax Energias Renováveis Ltda., transferidos para a Campo Largo através do processo de incorporação.

10. FORNECEDORES

	2016	2015
Quifel Natural Resources S.A.	1.259.186	-
Fornecedores incorporação Biobrax	287.830	-
Centoce Segurança Patrimonial e Empresarial Ltda.	70.000	70.000
Siqueira Castro Advogados	57.334	-
Outros	88.935	-
	1.763.285	70.000

Quifel Natural Resources S.A.

O Saldo referente a prestação de serviços para Biobrax Energias Renováveis Ltda. transferidos para a Campo Largo no processo de incorporação. Os valores são decorrentes de transações em Euros e no montante de € 465.744 em 31 de dezembro de 2016.

Fornecedores incorporação Biobrax

Saldo referente a prestação de serviços, transferidos para a Campo Largo através do processo de incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

11. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2016	2015
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	1.892.844	2.134.476
Outros	157.979	-
	2.050.823	2.134.476
Passivo circulante	241.639	241.639
Passivo não circulante	1.809.184	1.892.837

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferido para a Campo Largo no exercício de 2014 através do processo de incorporação da Empresa.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2016	2015	2016	2015
160	94	106	1.892.844	2.134.476
Total			1.892.844	2.134.476

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2016	2015
CLWP Eólica Parque I Ltda.	6.392.947	3.460.003
CLWP Eólica Parque X.	6.012.515	2.947.275
CLWP Eólica Parque V Ltda.	4.511.773	2.210.456
CLWP Eólica Parque II Ltda.	428.161	500.000
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	428.161	500.000
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	428.161	500.000
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	428.161	500.000
Tractbel Energias Comp. Part. Ltda.	19.012	330.000
CLWP Brasil III Participações Ltda.	-	152.736
Outros	98.904	289.562
	18.747.795	11.390.032

A Empresa recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pelo IPCA/IBGE e serão restituídos, a partir de janeiro de 2020, pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem pagos.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está representado por 12.020.001 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

14. RECEITA OPERACIONAL

	2016	2015
Arrendamentos de terrenos	2.181.646	-
	2.181.646	-

As receitas da empresa se referem a 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. Os contratos possuem vencimento em 2063.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços contratados	1.759.829	1.340.516
Assessoria jurídica	62.136	-
Consultoria técnica	29.960	-
Outros	64.788	10.500
	1.916.713	1.351.016

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa possui demandas judiciais relacionados a débitos de ITR dos exercícios de 2007 a 2011, alvo de auto de infração, para os quais a Empresa vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis.

Os valores estimados dos processos contidos nas informações da assessoria jurídica, cujo risco foi avaliado como provável, podem ser assim demonstrados:

Processo	Valor estimado – R\$
Tributário	
10530.724.011/2014-58	128.066
10530.724.012/2014-01	123.585
10530.724.360/2014-70	113.486
10530.726.604/2011-14	110.100
10530.726.605/2011-51	105.938
Total	581.175

Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes. A Empresa não constituiu provisão para fazer face à possível contingência.

17. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01, a Empresa incorporou a Biobrax Energias Renováveis Ltda., no exercício de 2016 e os respectivos saldos não impactaram a demonstração dos fluxos de caixa:

	2016
Contas a receber	10.545.992
Tributos a recuperar	976.298
Adiantamentos a fornecedores	5.762.307
Empréstimos a empresas ligadas	3.256.897
Depósitos judiciais e cauções	116.923
Investimento	2.710.560
Imobilizado	3.235
Diferido	8.061.365
Total geral dos Ativos	31.433.577
Fornecedores	1.617.522
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	45.132
Obrigações tributárias	232.238
Processos trabalhistas	111.769
Adiantamentos de clientes	32.000
Parcelamentos tributários	248.923
Empréstimos de empresas ligadas	47.198.890
Total geral dos Passivos	49.486.474

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Transformação da sociedade empresária.

Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 19 de fevereiro de 2018, registrada na JUCEB sob o nº 29300036374, foi aprovada a transformação da sociedade limitada em sociedade por ações de capital fechado, permanecendo a mesma estrutura e objeto social de sua antecessora, alterando-se apenas a sua natureza jurídica e, consequentemente, a sua denominação social para Campo Largo Patrimonial S.A. O capital social integralizado de R\$ 12.020.001 da sociedade transformada foi convertido em 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1 cada uma.

(b) Emissão de debêntures.

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas à taxa de 9,75% ao ano, acrescido de variação do IPCA/IBGE, com prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto em 21 de setembro de 2028.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, da totalidade dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.
